

CADERNO DE ENCARGOS



11/2025/DOUMA

SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ETAR E EEAR MUNICIPAIS EM 2025

CONSULTA PRÉVIA – Preço base 26.400,00 €

CVP 90420000-7

Serviços relacionados com águas residuais

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Prazo da prestação de serviços	5
Capítulo II Obrigações contratuais	5
<i>Secção I Obrigações do Prestador de Serviços</i>	5
<i>Subsecção I Disposições gerais</i>	5
Cláusula 4. ^a Obrigações principais do Prestador de Serviços	5
Cláusula 5. ^a Acesso aos locais objeto da prestação de serviços	6
<i>Subsecção II Dever de sigilo</i>	6
Cláusula 6. ^a Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 7. ^a Prazo do dever de sigilo	7
<i>Secção II Obrigações do contraente público</i>	7
Cláusula 8. ^a Preço contratual	7
Cláusula 9. ^a Condições de pagamento	7
Capítulo III Penalidades contratuais e resolução	8
Cláusula 10. ^a Penalidades contratuais	8
Cláusula 11. ^a Força maior	9
Cláusula 12. ^a Resolução por parte do Contraente Público	10
Cláusula 13. ^a Resolução por parte do Prestador de Serviços	11
Capítulo IV Seguros	12
Cláusula 14. ^a Seguros	12
Capítulo V Resolução de litígios	12
Cláusula 15. ^a Foro competente	12
Capítulo VI Disposições finais	12
Cláusula 16. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 17. ^a Comunicações e notificações	13
Cláusula 18. ^a Contagem dos prazos	13
Cláusula 19. ^a Legislação aplicável	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	13
Cláusula 20. ^a Área de intervenção	13

Cláusula 21. ^a	Especificações dos bens e serviços a fornecer	14
Cláusula 22. ^a	Tarefas e materiais excluídos	16
Cláusula 23. ^a	Elementos a fornecer pelo Contraente Público	16
Cláusula 24. ^a	Acesso a instalações	16
Cláusula 25. ^a	Plano de intervenções	16
Cláusula 26. ^a	Plano de pagamentos	17

Parte I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de manutenção e operação, assim como controlo analítico e processual das instalações de tratamento de afluentes domésticos (ETAR) e estações elevatórias de águas residuais (EEAR), de gestão do município de Vila Nova de Foz Côa.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos

(CCP) e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo da prestação de serviços

1 - A Prestação de Serviços a contratar terá início no primeiro dia do mês seguinte à assinatura do contrato e terá a duração de 12 meses.

2 - O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Prestador de Serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do Prestador de Serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Prestador de Serviços a obrigação principal de operação/manutenção, controlo analítico e processual das instalações de tratamento de afluentes domésticos e estações elevatórias municipais bem como os trabalhos previstos na Parte II - Cláusula 21.^a .

2 - A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e

adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Acesso aos locais objeto da prestação de serviços

O Prestador de Serviços, no exercício da Prestação de Serviços, terá acesso aos locais estritamente necessários ao cumprimento das obrigações contratadas, não devendo aceder a locais, salas, gabinetes, arquivos, ou outros sem o prévio consentimento do gestor do contrato.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 6.^a

Objeto do dever de sigilo

1 - O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **2** (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredo comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Seccção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 8.^a

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, acompanhamentos policiais ou de outra entidades, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do CCP.

3 - O preço a que se refere o n.º 1 será fracionado em 12 parcelas correspondendo aos 12 meses da duração da prestação dos serviços conforme plano de pagamentos a apresentar e faturado mensalmente de acordo esse fracionamento.

Cláusula 9.^a

Condições de pagamento

1 - A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de **60** (sessenta) dias após a receção pelo Contraente Público

das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida 5 dias após a entrega da fatura se não houver reclamação da mesma por parte do Contraente Público.

3 - Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 10.^a

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, o Contraente Público pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

Pelo incumprimento da data de realização da manutenção mensal programada, calculada diariamente, até:

- Um por mil, nos primeiros quinze dias;
- Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
- Três por mil, a partir do trigésimo primeiro dia.

O quantitativo da indemnização por qualquer incumprimento não poderá exceder o quantitativo correspondente a 15% dos honorários vincendos.

2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.

3 - Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao Prestador de Serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

4 - O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do Contraente Público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na execução mensal dos serviços superior a **15 dias** ou declaração escrita do Prestador de Serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do Prestador de Serviços

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses;
- b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte do Contraente Público do que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;
- c) Se se verificar a suspensão da eficácia do Contrato por período superior a 180 dias, por causa não imputável ao Prestador de Serviços;

2 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 - A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 14.^a

Seguros

1 - É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de Contratos de seguro, dos riscos e danos que possam ser direta ou indiretamente decorrentes da sua atividade.

2 - O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 17.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.^a

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Parte II - Cláusulas técnicas

Cláusula 20.^a

Área de intervenção

As instalações contempladas no âmbito da presente aquisição de bens e serviços são:

- a) ETAR Cedovim;
- b) ETAR Pocinho;
- c) ETAR Muxagata;
- d) EEAR Cortes da Veiga;
- e) EEAR Zona Industrial;
- f) EEAR EN 222 Cemitério novo;
- g) EEAR EN 222 Limite zona urbana;

h) EEAR Estádio Municipal;

i) EEAR Vale da Teja;

Cláusula 21.^a

Especificações dos bens e serviços a fornecer

1 - Serviços de operação e manutenção das ETAR e EEAR, com as seguintes tarefas como mínimo:

- a) Limpeza e lavagem da obra de entrada da ETAR e EEAR, incluído transferência, recolha, transporte e depósito de gradados em locais destinados para efeito;
- b) Inspeção visual das águas residuais à entrada e à saída das ETAR;
- c) Limpeza das instalações de apoios às ETAR municipais;
- d) Ações de manutenção preventiva dos equipamentos elétricos e eletromecânicos instalados constituintes das instalações enumeradas na Cláusula 20.^a do presente Caderno de Encargos;
- e) Reporte de anomalias de qualquer cariz, que pela sua natureza comprometam o funcionamento pleno para o qual as instalações foram contruídas;
- f) Registo de caudais e consumos energéticos;
- g) Desmate do espaço envolvente das instalações;
- h) Reparação e instalação de duas eletrobombas que constituem a EEAR Vale da Teja

2 - Gestão de gradados:

- a) Colocação permanente de contentor de volume mínimo de 6m³ na ETAR de Muxagata;
- b) Recolha de gradados gerados pelas ETAR e EEAR municipais (código LER 19 08 01 conforme Portaria n.º209/2004, de 3 de março de 2004);
- c) Acondicionamento destes gradados em contentor estacionado na ETAR da Muxagata;
- d) Transporte de todos os gradados para destino final adequado.

3 - Serviço de controlo de processo, garantindo a implementação das melhores práticas para funcionamento, nomeadamente as seguintes tarefas:

- a) Controlo da operação de todo o processo de tratamento instalado, em todos os órgãos e etapas, efetuando ajustes nos tempos de arejamento, recirculação e extração de lamas, bem como medição de valores de oxigénio dissolvido, potencial redox, IVL, valores de SST/SSV;
- b) Análise qualitativa e quantitativa da linha líquida e sólida das ETAR, apresentando para tal um relatório de exploração mensal onde é detalhado de forma clara o funcionamento das instalações alvo, bem como principais ocorrências e os elementos estatísticos (Registos de caudais; Curvas das afluências de caudais às ETAR; Caracterização do afluente e efluente rejeitado para cada ETAR);

4 - Serviços de amostragem e análise acreditada de águas residuais, executando um Plano de Controle de Qualidade de Saneamento, com recurso a bateria de análises mensal, com vista à obtenção e manutenção da licença de descarga no meio natural. Garantindo os seguintes parâmetros mínimos a analisar: SST, CQO, CBO5 e pH.

5 - Assegurar processos de licenciamento necessários junto de entidades competentes.

6 - Apoio técnico na troca de correspondência com a Agência Portuguesa do Ambiente.

7 - Apoio técnico na resolução de eventuais defeitos estruturais, tendo em vista o adequado funcionamento das ETAR bem como o cumprimento da legislação em vigor.

8 - Reporte ao Contraente Público por parte do Prestador de Serviços de qualquer anomalia resolutive, num prazo de 7 (sete) dias, apresentando orçamento para resolução do episódio caso o Contraente Público não disponha de meios para efetuar a reparação.

Cláusula 22.^a

Tarefas e materiais excluídos

Não se encontram incluídos no objeto do presente procedimento as seguintes tarefas e componentes:

- a. Extração de lamas;
- b. Peças de substituição, ou reparação de componentes;

Cláusula 23.^a

Elementos a fornecer pelo Contraente Público

O Município de Vila Nova de Foz Côa disponibilizará toda a informação necessária de que disponha, para cada uma das instalações.

Cláusula 24.^a

Acesso a instalações

O Município de Vila Nova de Foz Côa disponibilizará o acesso às instalações durante o horário de expediente e até além deste, desde que coincidente e compatível com o funcionamento das instalações.

Cláusula 25.^a

Plano de intervenções

1 - O Prestador de Serviços deverá apresentar um plano de intervenções programadas para cada instalação, onde sejam mencionadas, como mínimo, as datas (dia e mês) e locais a intervir.

2 - O plano apresentado será passível de alterações desde que previamente comunicadas e justificadas ao Gestor de Contrato, podendo estas comunicações ser efetuadas com recurso a correio eletrónico ou contacto telefónico.

Cláusula 26.^a

Plano de pagamentos

O Prestador de Serviços deverá apresentar um plano de pagamentos com o valor da prestação de serviços para cada instalação ou trabalho e respetivo fracionamento pelos meses do ano de acordo com a tabela seguinte.

Instalação/mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
ETAR Cedovim	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ETAR Muxagata	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ETAR Pocinho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR Campo de Futebol	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR Cortes da Veiga	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR EN 222 (Cemitério Novo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR EN 222 (Limite Urbano)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR Vale da Teja	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EEAR Zona Industrial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total mensal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €